

A IMPORTÂNCIA DA TERRA NA ORGANIZAÇÃO ESPACIAL:

A FORMAÇÃO ECONÔMICO - SOCIAL DO ESPAÇO

SUL - RIO - GRANDENSE.¹

* Lillian Hahn Mariano da Rocha

** Vera Maria Favila Miorin

APRESENTAÇÃO

A introdução e os capítulos I e II da monografia de bacharelado desenvolvida pela geógrafa Lillian Hahn Mariano da Rocha, por abordarem a organização do espaço geográfico do Rio Grande do Sul sob um enfoque capaz de possibilitar o alcance de seu movimento e formação a uma escala de análise complexa, foram destacados do original, revistos e ampliados.

Contudo, devido às limitações técnicas para publicação, o trabalho será dividido em partes.

1 - Primeira Parte

- * Geógrafa pela UFSM (Santa Maria/RS) e aluna da Pós-Graduação da UFSC.
- ** Professora / Pesquisadora - Departamento de Geociências (UFSM - Santa Maria/RS).

INTRODUÇÃO

A Terra, primeiro e importante instrumento de produção, possui limitações quanto à ampliação de áreas aproveitáveis para a produção de riquezas. Os países que contam com grandes reservas de áreas de seu território, como o Brasil, a cada momento se obrigam a transformar suas reservas em pastagens e campos cultiváveis, dadas as necessidades imperiosas de produção aliadas a uma exploração não racional dos recursos.

Os conhecimentos técnicos existentes permitem o crescimento da produção e a acumulação de excedentes produzidos. No conjunto, eles compõem os estágios da organização espacial resultante de uma determinada situação em um certo contexto histórico. A terra, em sua estrutura fundiária, reflete os resultados da aplicação desses conhecimentos pela forma como se organizam a apropriação, a distribuição e as condições de exploração. Ela reflete, também, a história, por ser o resultado de um momento na evolução técnico-social de um grupo humano, sob uma determinada opção política.

Historicamente, o sistema de posse e uso da terra no país parte de um ato de violência, da imposição de relações do homem com a natureza.

No Brasil, antes do descobrimento, os indígenas viviam da caça, da pesca, da coleta e de uma agricultura incipiente. Eles não conheciam a propriedade privada da terra, mas defendiam uma certa parcela de área, como território dependente, devido à sua pequena capacidade pro-

ductiva. Essas relações caracterizavam-se como do tipo homem-natureza.

Com o advento da colonização portuguesa e a implantação do sistema de sesmarias, os donatários das capitânicas hereditárias, por delegação, dispunham de certas extensões, com a condição econômica de torná-las produtivas. A terra passou a ser ameaçada, e o homem primitivo foi expropriado e escravizado. Desse modo, os portugueses inauguraram, no Brasil-Colônia, o sistema de relações terra e mão-de-obra como pressupostos necessários à produção.

Essas relações traduziam-se na intenção das culturas de produtos tropicais e na apropriação dos recursos naturais não renováveis, como os metais. A produção seria comercializada na Metrópole e nos países com quem ela mantinha comércio.

Portanto, essas relações, através da colonização e do povoamento do Brasil, iniciados na quarta década do século XVI, pretendiam dar a Portugal vantagens econômicas como intermediário entre sua colônia americana e o mercado europeu. Datam dessa época as tendências ao favoritismo da organização mercantil (em detrimento da organização da produção) antes da organização da unidade produtora, principalmente no que refere à terra (condição básica de produção).

As origens das relações terra e mão-de-obra, aliçadas no domínio da grande propriedade, impossibilitaram que se planejasse a organização do espaço rural, fazendo-se a ocupação parcial da terra, de acordo com a sua

produtividade racional e através de processos técnico-científicos exigidos pelo superávit populacional.

A grande propriedade, formada no Brasil a partir de suas origens portuguesas, permitiu, por questões político-estratégicas, que consideráveis extensões de terras fossem propriedade e/ou posse de alguns senhores, legitimando-se, assim, o domínio da grande propriedade, que tem se identificado, de modo geral, com o domínio do latifúndio, como escreve ANDRADE (1979:19):

"O domínio do latifúndio subexplorado no espaço brasileiro é constatado facilmente, tanto pelas observações de campo, como pela análise das estatísticas cadastrais fornecidas pelo INCRA. O domínio da grande propriedade, com baixa produtividade e restrita utilização, é um fator que domina a vida rural brasileira desde o século XVI,..."

Todo proprietário agrário era possuidor de extensas áreas de terras, como os senhores de engenho, os donos de fazendas pecuaristas ou senhores de latifúndios incultos e abandonados. Eles refletiam a estrutura de classes da Colônia.

Com o fim do regime de sesmarias (1820), não surgiu nenhuma legislação sobre a posse da terra. Disso resultou a ocupação de terras devolutas, que, posteriormente, foram legitimadas. Havia uma expansão espontânea e rápida das pequenas unidades de produção, aliada à crise econômica exportadora que se avizinhava.

Em meados do século XIX, com a recuperação econômica através da introdução da cultura do café, novas condições de desenvolvimento nas relações terra e mão-de-obra

se fizeram presentes e provocaram uma redefinição na política de terras, configurada na Lei de Terras de 1850. Essa Lei teve importância crucial na história da formação da sociedade brasileira, pois, através dela, instituiu-se, juridicamente, uma nova forma de propriedade da terra: a que é medida pelo mercado. Assim, foi proibida a aquisição de terras por outro meio que não a compra. Na prática, a Lei de 1850 traduzia o impedimento ou a dificuldade de acesso à terra e criava condições para que o contingente populacional se tornasse disponível às necessidades do capital produtivo, como afirma SILVA (1980:26).

"É sob a égide da Lei de Terras, pois, que se processarão as transformações capitalistas no Brasil, cujo centro será sempre o privilégio da grande propriedade territorial".

Na segunda metade do século XX, a expansão da grande propriedade foi realizada sob a administração direta do empresário ou do proprietário. As relações evoluíram a um novo estágio, a terra se tornou uma mercadoria, e a mão-de-obra, em grande parte proletarizada, promoveu a união da burguesia urbana com a oligarquia fundiária as quais, em anos anteriores, mantinham-se antagônicas.

O sistema de posse da terra implantado na época colonial, compreendido pela grande propriedade subexplorada, originada da sesmaria, ainda se destacava, e sua transferência só foi possível através das várias formas consagradas pela lei civil, como a sucessão hereditária, o usucapião e a adoção. A terra se transformava em objeto de valor e troca quando certas atividades a tornavam passí-

veis de exploração.

Dessa transformação da terra desenvolvida no Brasil, dependeram (ANDRADE, 1980:22):

"...uma série de relações no meio rural, dando um maior ou menor poder de barganha ao agricultor, frente ao proletário... Dela vai depender, naturalmente, a capacidade de obtenção da remuneração e, conseqüentemente, de bens, por parte do trabalhador, assim como vai depender também a maior ou menor capacidade de acumulação do proprietário".

Por sua vez, a capacidade de acumulação do proprietário também depende da produtividade da agricultura e do salário do trabalhador.

Ao se periodizarem os diferentes estágios da formação econômico-social, descobre-se a importância da estrutura fundiária, não só no estabelecimento da estrutura agrária, como, indiretamente, no nível de utilização da terra, na capacidade de absorção de novas técnicas e na qualidade de vida da população rural e urbana. O nível de utilização da terra não pode ser ignorada em uma discussão de estrutura fundiária, uma vez que as atividades, por estarem voltadas para a produção de mercadorias e de riquezas, constituem-se no arcabouço da formação econômico-social de um determinado grupo.

1 - A FORMAÇÃO ECONÔMICO-SOCIAL DO ESPAÇO SUL-RIO-GRAN- DENSE

O Rio Grande do Sul teve uma integração tardia em relação ao restante do Brasil Colonial. O descobrimento

to português", no território sulino, ocorreu no início do século XVI, a partir de expedições litorâneas exploratórias e comércio do pau-brasil (fase pré-colonizadora), mas o espaço permaneceu inexplorado por mais de um século.

Durante o domínio espanhol (1580 - 1640), quando os holandeses ocuparam o Nordeste brasileiro e as zonas fornecedoras de mão-de-obra negra, ocasionando a falta de escravos, houve as primeiras tentativas portuguesas de expansão rumo ao Sul, em busca de índios, para vendê-los como escravos nas zonas açucareiras. A partir desse momento político-econômico, discriminam-se cinco estágios na evolução da ocupação e das relações do espaço do Rio Grande do Sul.

Encontra-se, no primeiro estágio, o índio, cuja procedência ainda é pouco conhecida, vivendo numa estrutura comunitária primitiva de caçadores, pescadores e coletores. Para a realização das atividades agrárias e extrativas, as tarefas eram divididas segundo o contexto cultural próprio: às mulheres cabiam as lides da agricultura e aos homens a caça e pesca.

Na utilização da natureza em benefício próprio, consideravam as áreas de mata como áreas itinerantes de plantio, cultivando nelas milho, batata, mandioca, feijão, abóbora, cabaça, algodão e urucum. Outros vegetais eram coletados, às vezes narcóticos ou estimulantes, como o tabaco e a erva-mate. Já as bebidas fermentadas eram obtidas do milho, da mandioca e dos frutos silvestres.

No artesanato, destacam-se as cerâmicas, utilizadas nos serviços domésticos e no enterro dos mortos.

O meio ambiente, do qual era composta essa natureza em relação com o homem, contribuiu para que se forjasse uma formação econômico-social segundo elementos específicos. Essa formação possuía um tipo de organização social profundamente dependente da natureza. Por exemplo: na Província do Tape, segundo THOMAS (1976), os indígenas, únicos habitantes, se dividiam em diferentes grupos, ocupando o território de forma extensiva, havendo locomoção constante de tribos.

Esse comportamento predador teria perdurado até 1600, quando vieram os jesuítas para o Rio Grande do Sul. A partir daí, considera-se o **segundo estágio**, caracterizado por profundas alterações na vida dos indígenas, que foram aldeados e catequizados. Essas mudanças também modificaram as relações das atividades, afetando o nível e o ritmo da formação econômico-social anterior.

Os jesuítas, preocupados com o sustento, ao fundarem as aldeias, imediatamente criavam as lavouras de milho, trigo e algodão. O problema das estiagens e das enchentes, que provocava a escassez dos alimentos e a fome entre os indígenas, obrigava-os, por vezes, a esquecerem seus "deveres sociais e morais" e fugirem, buscando as florestas e os rios. Isso significava uma volta à antiga organização dependente da natureza.

A solução dada foi a introdução do gado. Essa nova atividade foi aceita pelos indígenas, que não haviam se aculturado a um trabalho sistemático como o da agricultura. Desse modo, os jesuítas introduziram o sistema de estâncias com limites delineados, havendo nelas boa seleção de

animais e uma criação mais racional. Esse sistema, mais tarde, foi imitado pelo colonizador português. A estância, segundo FLORES (1983:46):

"...era o lugar de criação do gado, com gente que realiza o rodeio e o aparte de animais doentes ou para alimentação".

As estâncias, devido a suas grandes extensões, constituíam-se em verdadeiros latifúndios.

O crescimento do rebanho provocou a ampliação da área criatória e dilatou as fronteiras da pecuária extensiva, criando critérios estimativos para a demarcação das estâncias. Segundo VIEIRA (1985:35):

"A Estância de São Miguel, por exemplo, abrangia as cabeceiras dos rios Vacacaí, Santa Maria e Toropi. Para leste foram estabelecidas outras três: São Luís, no vale do Vacacaí-Jacuí; São João e São Lourenço um pouco mais ao sul, entre 30° e 31° de latitude sul. A oeste da estância São Miguel, na campanha do sudoeste, formou-se a estância do Japeju, cobrindo uma faixa que se estendia de 29° a 32° de latitude sul, da margem esquerda do rio Ibicuí. Entre as estâncias de Japeju e São Miguel, estreitas e alongadas no sentido dos meridianos, estavam as estâncias de São Borja, São Nicolau, Conceição, Santo Ângelo, São Tomé e Santa Cruz. Esta vasta área da campanha gaúcha, muito propícia em pastagens à multiplicação dos rebanhos, correspondia ao que se pode chamar de vacaria Missioneira".

Nas reduções, além da criação de gado realizada em áreas planas, era exercida a coleta de erva-mate em zonas de mata.

A erva-mate e o couro eram exportados, via Buenos Aires, viabilizando o comércio nas Missões e o pagamento dos tributos ao Rei de Espanha.

Dada a grande capacidade de imitação, o aculturação indígena foi fácil, bem como a aprendizagem das artes mecânicas.

Quando à população missioneira, segundo os apontamentos deixados pelos jesuítas e citados por C. Lyron (apud VIEIRA, 1985:22), registravam-se os seguintes dados:

DATAS	FAMÍLIAS	HABITANTES
1730	29.500	136.117
1731	30.116	138.934
1732		141.243

As epidemias (sarampo, varíola e escarlatina) produziam baixas sensíveis na população. A guerra Guarani e a política de extermínio do indígena provocaram, no final do período jesuítico, a queda demográfica nas comunidades sobreviventes.

Com o estabelecimento definitivo do domínio português na região das Missões, houve a dispersão dos indígenas. Muitos ficaram trabalhando nas estâncias portuguesas, e outros fugiram, passando a saqueá-las.

As terras missioneiras foram, então, distribuídas aos conquistadores e a quem se comprometesse a habitá-las e defendê-las.

As Missões transformaram-se em nova área de expansão das sesmarias que, segundo Almeida (apud MIORIN, 1982: 28): "... continham três léguas quadradas de campo! Essa medida equivale a 13.068 ha, o que corresponde ao cobrimento de uma área de 130 km² de superfície.

Nessa época, terceira década do século XVIII, teve início o processo de distribuição de sesmarias, definindo-se a posse do gado com o estabelecimento legal das estâncias.

Segundo BARBOSA (1976:21):

"... as duas primeiras sesmarias, ambas no atual município de Tramandai, foram concedidas, em 1732, a pessoa que havia cinco anos lá se encontravam, dedicadas à criação de gado e, já em 1733, foram concedidas numerosas, dando assim por iniciada, efetiva e oficialmente, a ocupação do Rio Grande do Sul".

Graças às sesmarias deu-se a intensificação das ligações econômicas no Prata.

Esse estágio se encerrou quando, em grande parte do território, já havia estabelecimentos portugueses, principalmente junto a "Vacaria del Mar".

A partir da conquista do Litoral, os portugueses, em uma época em que o território ao sul de Laguna se conservava fora dos limites legais e da vida colonial portuguesa, fixaram o povoamento por deslocamento de famílias lagunistas (1733). Provenientes da Vila de Laguna, os povoadores tomaram posse dos primeiros títulos de sesmarias, doações ganhas da Coroa Portuguesa, em 1732. A extensão dessas áreas caracterizou a grande propriedade no Rio Grande do Sul.

Esse fato propiciou, além da posse portuguesa sobre grandes áreas dos domínios espanhóis, a formação das estâncias e campos de criação nas cercanias do litoral sul-rio-grandense.

Inaugurava-se, assim, o **terceiro estágio**, de composição luso-brasileira, no qual se deu a ocupação das áreas de campos e relevo de coxilhas. Nesse estágio, a principal atividade foi a pecuária extensiva em grandes propriedades, criando-se bovinos e cavalos originários das antigas Reduções. Surgiu aí um traço sócio-cultural distinto, referido por WAIBEL (1979:229), ao analisar a presença luso-brasileira na colonização sulina, da seguinte maneira:

"Com freqüência, conservam um modo de vida quase medieval, de tipo feudal e aristocrático".

Os grandes espaços despertavam nos luso-brasileiros uma ânsia de propriedade sem limites, estabelecendo-se os primórdios dos latifúndios modernos e lançando-se, dessa maneira, o fundamento econômico básico de apropriação da terra: a preia ao gado xucro, largamente consumido na forma de charque e de couro no Centro do país, segundo um sistema produtivo regional e subsidiário.

A atividade predatória sobre o gado da "Vacaria del Mar", com o abate indiscriminado, devastava o rebanho. Segundo BARBOSA (1976:21): "Num só dia um 'cortador', utilizando lança de taquara encimada por uma lâmina na forma de meia-lua, abatia mais de uma centena de rezes".

Esse estágio de caráter predatório surgiu no momento áureo das Minas Gerais com a mineração e se caracterizou como atividade especializada e concentradora de massas populacionais com grande poder aquisitivo. As atividades, nesse estágio, desenvolviam-se à distância do li-

toral e foram responsáveis pela formação de um mercado interno no Brasil.

Segundo TAMBARA (1983:24):

"Esta situação, foi-se modificando paulatinamente com a disseminação das estâncias, que se dedicavam à criação de gado e que representaram o início propriamente dito do 'assentamento' na região e no próprio Estado".

A fixação do homem no litoral sul começou com o comércio de muares. Contudo foi uma fixação lenta e extremamente dificultada pela natureza geológica: terras baixas e arenosas, batidas, constantemente, por fortes ventos.

Por outro lado, as características iniciais da ocupação portuguesa devem-se ao tipo de atividade desenvolvidas pelos tropeiros, marcadas por forte mobilidade.

O tipo social dessa fase era justamente o tropeiro, que foi responsável pela abertura de vias de comunicação no Estado com o restante do país, como as estradas do litoral, em 1703, e a estrada da Serra, em 1727. Ao longo das estradas dos tropeiros, formaram-se os primeiros núcleos de povoamento, dispersos e de grande mobilidade, permitida pela ausência de divisa e de dono.

Apesar do incremento dado à imigração oficial, ainda assim era grande as dificuldades de povoamento. A pequena agricultura e a criação de gado asseguraram a base sobre a qual se formou a população rio-grandense.

Conforme PESAVENTO (1984:40):

"... o incremento tomado pelo negócio do gado, associado ao seu abate para a extração do couro, acabou por apressar a

devastação do rebanho, tornando-se necessário que se tratasse da reposição dos animais".

As charqueadas surgidas no século XVIII acrescentaram uma nova dimensão à sociedade rio-grandense, pois constituíram-se nas primeiras "indústrias" de transformação de matéria-prima do Estado e contribuíram para o progresso de urbanização e acumulação de capital do Estado, já que eram pólos de atração, em relação às regiões vizinhas.

Concomitante ao desenvolvimento das charqueadas, foram distribuídas novas sesmarias aos lagunistas e paulistas, onde era realizada a criação extensiva de gado.

Sendo o charque um pólo de atração comercial muito forte, criou-se um mercado regional para o gado, ganhando a carne um novo valor e formando um mercado independente da flutuação da economia nacional.

Internamente, o charque formou uma classe social enriquecida, sem, contudo, repetir, no Sul, a aristocratização da sociedade açucareira nordestina.

O enriquecimento propiciado pelo charque contribuiu para acirrar os desentendimentos entre a classe social enriquecida local (estancieiros) e os representantes da Coroa.

Com a ampliação das estâncias, currais e invernadas (lugares de pasto onde se recolhia o gado), ocorreu o impulso para o estabelecimento da segunda fase das charqueadas, chamada de "Novas Charqueadas", o que cria a necessidade de mais mão-de-obra.

As estâncias de gado que se constituíram a partir

das "Novas Charqueadas" realizavam uma criação extensiva do rebanho, utilizando, como mão-de-obra, peões (antigos tropeiros ou índios egressos das Missões). Embora se registrasse o uso de escravos nas estâncias, a atividade de criação, subsidiária da economia central do país, não foi capaz de gerar uma acumulação que permitisse a introdução regular de negros na região.

Os núcleos de produção eram ainda carentes de vinculação direta com a Metrópole e, sem o interesse dessa no objeto de produção, tiveram de lutar para superar as incertezas do amanhã. Quase todo o trabalho era aplicado numa economia de subsistência: produzia-se para consumir.

Desenvolveram-se, como consequência dessas relações, uma economia de subsistência e uma economia mercantil. A primeira foi resultante do trabalho do escravo (com as lides da lavoura, trabalhos domésticos, indústria caseira); a segunda desenvolveu-se com base no trabalho livre, dos homens da terra, e no trabalho servil.

Esses dois segmentos caracterizavam a economia produtiva da fazenda, que desenvolvia a atividade de subsistência (autoconsumo) e a mercantil.

A economia mercantil teve início no esforço do trabalho caseiro - o comércio de couro e carnes - e mais tarde competiu com os criadores dos sertões da Bahia, Pernambuco e Piauí. Essa economia promoveu a ampliação do comércio de tropas e de muareis.

A partir de 1730, promoveu-se a vinda dos imigrantes açorianos, que receberam pequenas propriedades rurais.

Essa época marcou uma nova fase das relações econômicas de produção pois instituiu-se no meio rural do Rio Grande do Sul, além da grande propriedade de atividade pecuarista, a pequena propriedade de agricultura colonial, que possibilitou a sustentação do crescimento do comércio com o Centro do país.

Como o Rio Grande do Sul sempre esteve vinculado ao Centro do país, a decadência da mineração abalou parte da economia gaúcha. A pecuária entrou em crise e ameaçou a constituição definitiva do latifúndio, formador da grande propriedade. Contudo a atividade produtiva do imigrante já despontava.

A chegada no Sul de casais de açorianos, a partir de 1742, atendia aos objetivos portugueses de garantir a posse das fronteiras meridionais e criar um povoamento mais concentrado sob a égide da agricultura. Para tanto, ficou estabelecida a formação de propriedade com dimensões em torno de 1.089 ha.

Os açorianos, que formavam a elite do povo português, "os elementos mais excelentes da península, pertencentes à nobreza portuguesa", foram os fundadores da agricultura no Estado. Contudo passaram à pecuária no século seguinte, quando novos territórios eram acrescentados à terra gaúcha e necessitavam ser ocupados de imediato.

As dificuldades encontradas pelos primeiros imigrantes foram vencidas pela pertinácia, uma vez que eles vieram em situação de não-retorno.

Os colonizadores açorianos inauguraram no Brasil, e

mais especificamente no Rio Grande do Sul, um sistema revolucionário com pequenas propriedades, modificando, dessa maneira, as doações de sesmarias. Dedicavam-se à agricultura, cultivando, especialmente, o trigo, cuja produção chegou a ser exportada.

Posteriormente, a "ferrugem", ocasionada pelo calote oficial das autoridades governamentais, que extorquiam o produto sem pagar ao produtor, e ainda a sedução da vida mais cômoda dos criadores puseram fim à cultura do cereal, levando o açoriano a dedicar-se à pecuária. Assim, na segunda e terceira gerações desses imigrantes eles já se haviam tornado criadores (estancieiros), continuando apenas com uma agricultura de subsistência. Isso deu origem a um nova dimensão de área para as propriedades pecuaristas: em torno de 1.262 ha.

Destacam-se, no final desse estágio da organização do espaço do Rio Grande do Sul, os seguintes fatos:

a) novas transformações na economia com a continuidade dos dois grandes produtos - trigo e charque - tendo-se iniciado a mercantilização da pecuária através do charque;

b) uma estrutura sócio-econômica caracterizada pelo avanço da pecuária, que gerou a conquista natural e sem limites da terra;

c) uma imigração orientada, constituída por açorianos, que se desenvolveu pari passu com a formação das estâncias e o aparecimento da figura do senhor estancieiro, personagem social das terras do Rio Grande do Sul;

d) a capitalização das elites locais que provocou transformações no espaço regional, originando, no Estado, os primeiros desmembramentos municipais.

Como as práticas agrícolas sofriam resistência por parte dos criadores de gado e entravam em decadência nos núcleos agrícolas dos açorianos, foi incentivada a imigração européia não-portuguesa, especialmente a teuto-italiana, dando início ao **quarto estágio**, quando foram inauguradas as pequenas propriedades. Além do objetivo agrícola, visava-se a proteger as terras das investidas espanholas e a possibilitar o processo de transição da mão-de-obra escrava para a mão-de-obra livre.

A imigração, inicialmente, foi promovida por iniciativa governamental e, depois, por iniciativa privada. Representou, no Brasil, uma expansão do capitalismo em nível mundial, pois a vinda de imigrantes foi incentivada em seus países de origem, para os quais surgiam perspectivas de retorno de capital e de formação de núcleos de nacionais, no exterior.

Segundo VIEIRA (1985:128 e 129):

"...O imigrante alemão inicialmente e italiano em segunda fase, introduziram a tipologia do colono policultor, responsável pelas frentes pioneiras da agricultura em pequenas propriedades nas áreas conquistadas à floresta nativa. Viu-se na contingência de predação a cobertura vegetal, pois para tanto havia, na verdade, sido recrutado em seu país de origem".

A chegada dos primeiros imigrantes alemães em 1824, para a fundação da Feitoria Imperial do Linho-Cânhamo (São Leopoldo), beneficiou o Extremo Sul de uma nova força de

trabalho.

À imigração italiana iniciada em 1875, coube o povoamento de uma vasta zona colonial formada por lotes menores, em média de 25 ha, que acompanhou a expansão das colônias alemãs e se estendeu pela Encosta da Serra, seguindo uma rede de ocupação preparada pelo imigrante alemão. Essa situação tornou o imigrante italiano submisso a uma estrutura econômica colonial já organizada. Além disso, os produtos da policultura produzidos pelos italianos iriam enfrentar a concorrência dos produtos alemães o que provocou, em determinadas zonas coloniais italianas, a especialização num só tipo de produto.

Segundo MIORIN (1982:32), baseada em Roche:

"...as propriedades distribuídas durante a fase colonial conheceram duas dimensões de superfície: em primeiro momento, a ocupação das colônias caracterizou-se por uma dimensão de lotes de 48 ha de superfície: em média; em um segundo momento, com a instalação das novas colônias, a superfície das propriedades que vão se formar será de 25 ha, permitindo algumas oscilações entre 15 e 35 ha no máximo".

As terras, inicialmente foram doadas e depois passaram a ser compradas a longo prazo, a partir de 1854.

Os imigrantes alemães, que na sua maioria eram agricultores e artesãos, devido ao aumento populacional ocorrido na "colônias velhas", expandiram-se fundando novas colônias em novas áreas.

A agropecuária colonial dos imigrantes assumiu uma função importante, quase meio século depois.

Observa-se que, conforme FEE (1980:29):

... as condições de acesso à terra e a formação de núcleos coloniais localizados vinham ao encontro dos objetivos da classe latifundiária dominante, e o minifúndio consolidou-se, dentro de uma forma pré-estabelecida de estrutura fundiária, perfeitamente articulado ao processo de acumulação da economia agrário-exportadora brasileira".

FORTES (1978:15), ao argumentar que:

... povoar era a solução imperiosa para predominar nas terras ganhas na direção do Prata".

vê, nos feitos da colonização sistemática, o interesse de Portugal:

... para o Sul do Brasil a solução tinha aspecto diferente; não era bastante atirar naquelas terras os negros brancos dos resgastes da África que não poderiam realizar a obra transcendente de fixar uma civilização, sendo eles pela sua própria natureza apenas instrumentos humanos de trabalho, incapazes de compreender o espírito civilizador de sua tarefa.

A colonização exigida era aquela que se compenetrasse do importante destino que lhe ia caber, de prolongar a pátria lusitana nos desertos onde ia se instalar, inspirada na convicção de que além de buscarem a própria felicidade iam os colonizadores receber também o legado de conservarem ilesos os ideais portugueses...

Ao introduzir esse tipo de colonização no Rio Grande do Sul, já haviam assentado as bases sobre as quais se estabelecería essa pequena propriedade rural, que deveria contribuir, segundo PESAVENTO (1984:46):

... para o abastecimento interno do país e amenizando o desnível da balança comercial causada pelo grande peso das importações de alimentícios".

A partir de 1870, a agricultura colonial já atingia a posição de exportadora para o Centro do país, abastecendo o mercado interno gerado pelo enriquecimento com as exportações de café.

Os produtos, segundo ROCHE (1969), podiam ser agrupados da seguinte maneira: os gêneros alimentícios, as plantas têxteis oleaginosas e os produtos diversos.

No grupo dos gêneros alimentícios, destacam-se o trigo, o centeio, a cevada, a aveia e o arroz. O trigo foi cultivado, primeiro, pelos imigrantes, que, desejosos de afirmar a superioridade de sua condição comendo pão branco, cultivavam o trigo para subsistência. O centeio, produto secundário, era associado ao trigo na confecção do pão. A cevada, produto essencialmente alemão, era utilizada nas cervejarias. A aveia foi de importância no começo da colonização; mais tarde foi substituída pelo milho, na alimentação dos cavalos. A cultura do arroz conheceu uma inovação com os alemães, que lançaram a cultura irrigada. A maioria dos alemães considerava essa cultura como secundária, devido ao seu caráter de subsistência. Em 1878, já havia exportação de arroz.

Entre as plantas têxteis oleaginosas e outras do tipo, destacavam-se o algodão, o amendoim, o linho, a abóbora e o girassol.

Os principais produtos agrícolas eram representados por culturas conhecidas e anteriormente desenvolvidas pelos indígenas. São divididos em dois grupos: culturas industriais e culturas de subsistência. Entre as indústrias destacava-se a da cana-de-açúcar, que ocupava grandes áreas.

reas nas colônias alemãs; entre as culturas de subsistência, têm-se como representativas a batata-inglesa, o feijão-preto, o milho e a mandioca, todas culturas conhecidas dos indígenas.

A batata-inglesa foi logo cultivada devido à condições de clima, que permitiam duas colheitas anuais (maio e dezembro).

O feijão-preto constituiu-se, em meados de 1870, na principal fonte de renda das colônias, devido ao alto rendimento das terras virgens.

O milho foi o mais importante produto cultivado em terras de floresta, destacava-se em volume e em valor de área; muitas vezes foi apresentado como a monocultura alemã.

A mandioca, de fácil cultivo, podendo desenvolver-se em solos pobres, foi utilizada na alimentação de animais domésticos e na produção de farinha e fécula.

Um produto peculiar das áreas coloniais foi a alfafa. Seus primeiros vestígios encontram-se nas colônias próximas ao município de Santo Ângelo. Entre os artigos exportados, destacam-se os fardos de feno e de alfafa.

A erva-mate, herdada dos indígenas, foi logo adotada pelos alemães.

Entre as espécies frutíferas cultivadas pelos alemães, destacavam-se as frutas cítricas, especialmente a laranja e a bergamota (tangerina).

Nas colônias desenvolviam-se todos os tipos de criatório. Recebeu atenção especial a criação de gado leiteiro e de animais de pequeno porte (suínos e aves).

O sistema agrícola (conjunto de técnicas empregadas para obter do solo produtos vegetais e animais) empregado nas colônias era, inicialmente, primitivo. Há quem diga que os imigrantes sofreram uma aculturação.

Segundo WAIBEL (1979), eram três os sistemas agrícolas das áreas florestais colonizadas:

- sistema de rotação de terras primitivas;
- sistema de rotação de terras melhoradas;
- sistema de rotação de culturas.

O sistema de rotação de terras primitivas representava um primeiro estágio. Caracterizava-se pela derrubada e queima da floresta.

No sistema de rotação de terras melhoradas, encontravam-se vários tipos de moinhos, onde se preparavam os produtos para o mercado. Este sistema provocou a introdução de plantas cultiváveis e a criação de algum gado além dos suínos. Em muitos locais, houve a substituição do trabalho humano pelo trabalho animal e a utilização de arado e grade, puxados por cavalos.

O sistema de rotação de culturas ocorria em áreas onde as duas formas principais do uso da terra (agricultura e pecuária) continuavam separadas, a despeito da rápida exaustão do solo. Este sistema era realizado em propriedades de 25 a 30 hectares, pequenas demais para a aplicação de sistema de rotação de terras, o que teria levado ao esgotamento do solo, como explica, WAIBEL (1979 : 258):

“O retalhamento acompanhado do esgotamento das terras e de um empobrecimento eco-

nômico, físico e moral da população, leva à proletarização, lenta, mas incoersível de centenas de famílias rurais".

O sistema de rotação de culturas representou o estágio final do desenvolvimento agrícola colonial no Rio Grande do Sul. Aplicado em campos arados e adubados, requerendo mais trabalho, capital e conhecimento, esse sistema foi antagônico às disponibilidades da colônia. Sua aplicação procurava, na alternância do uso do solo, retardar o esgotamento das terras e assim prolongar o estágio da agricultura colonial, também conhecida como fase da policultura tradicional do Rio Grande do Sul.

A agricultura colonial entrou em crise em 1910, devido à concorrência das zonas cafeeiras. Ela começou a desenvolver uma economia de subsistência no mercado interno, oferecendo produtos agrícolas melhor localizados em relação ao Centro do país e pagando menores fretes. Esse comportamento é característico do **quinto e atual estágio** agroindustrial.

Esse estágio caracteriza-se por uma redefinição nas relações entre o setor agrícola e o setor industrial, havendo-se consolidado mais amplamente a subordinação da agricultura à indústria.

O Rio Grande do Sul, por deter um processo industrial embrionário, passou a articular sua economia à economia nacional, ficando inserido no contexto abastecedor e viabilizador do modelo político-econômico que o Brasil adotou a partir de então.

O surgimento da manufatura, determinado por uma a-

tividade transformadora, teve sua criação facilitada devido à presença de grande número de artesãos entre os imigrantes, como também devido à acumulação de capitais pelo comércio e ao florescimento da vida urbana.

A primeira e a mais necessária atividade industrial nasceu na chamada indústria colonial com o moinho para o fabrico da farinha de pão.

O artesanato e a pequena indústria de consumo irradiavam-se, a partir de São Leopoldo, em direção às colônias do Planalto a oeste.

No comércio, o papel do imigrante foi marcante, como coloca PESAVENTO (1984:49):

"Lucrava sobre a produção agrícola mediante a diferença obtida pelos produtos na colônia e em Porto Alegre; lucrava com o transporte das mercadorias da colônia a capital e da capital à colônia; lucrava ainda com as operações financeiras de empréstimos e guarda de dinheiro, o que oportunizava um capital de giro para investir".

O comerciante enriquecido passou a aplicar na indústria, em empresas de navegação, bancos, companhias de seguros, loteamentos e outros negócios.

Com essa diversificação das atividades, quem ganhou foram as cidades, que passaram a multiplicar suas funções, ao lado das novas atividades do "Homo Faber" que se estenderam a todas as partes do Rio Grande do Sul.

O desenvolvimento do agroindustrial propiciou a integração definitiva entre as duas sociedades situadas em realidades geográficas distintas e conhecidas, regionalmente, como a "colônia" (dos colonos) e a "campanha" (dos

estancieiros).

Após 1920, os imigrantes desenvolveram novas atividades produtivas, promoveram o crescimento urbano e a industrialização.

Segundo PESAVENTO (1984 : 50):

"No conjunto, globalmente, o advento da imigração estrangeira para o Rio Grande do Sul foi capaz de atenuar, a nível de economia provincial, a relativa estagnação que atravessava a pecuária sulina. O progressivo crescimento dos produtos coloniais na pauta das exportações, nas quais continuavam preponderando os tradicionais produtos pecuários, contribuiu para que, na virada do século, o Rio Grande do Sul fosse cognominado 'celeiro' do país".

Na fase recente do estágio industrial do Estado, o caráter agroindustrial tem se mantido.

As indústrias contribuíram, decisivamente, para o processo de urbanização. Nascidas nas charqueadas, numa forma embrionária, elas assumiram importância e, nas regiões onde estavam instaladas, contribuíram para a formação de pólos de atração em relação às demais.

O processo de formação da sociedade, contudo, encontrava-se vinculado à instabilidade da situação conjuntural que enfrentaram as beneficiadoras de matérias-primas animais e vegetais no mercado interno brasileiro.

No processo histórico no qual se estruturou a sociedade sul-rio-grandense, encontram-se diferentes etapas de inserção da sociedade no sistema econômico nacional e supranacional.

A primeira etapa de inserção no sistema econômico nacional, responsável pelo fundamento econômico básico da

apropriação do espaço gaúcho, foi a caça ou preia ao gado xucro, cujos rebanhos vagavam à solta, deixados pelos jesuítas. Essa apropriação foi a única riqueza natural do território naquela época.

A ligação com o sistema econômico supranacional iniciou-se no estágio da formação das colônias e teve base nas atividades urbano-industriais e nas diversas formas de exploração e dependência econômica.

CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Na organização espacial do Rio Grande do Sul, coexistem, lado a lado, a grande e a pequena propriedade, que têm, como ponto comum, a importância dada à terra como meio de produção principal e caracterizam-se por um sistema econômico de relações sociais de produção singular. Essa tradição agrária do Estado vem dos primórdios de sua história econômico-social, nascida na atividade agropastoril dos jesuítas.

O sistema produtivo, desde o princípio, foi mercantilista. Assim, foi implantada uma pecuária predatória do gado nas reduções jesuíticas, cujos produtos eram importantes no comércio para uma economia que visava atender à acumulação pela circulação de mercadorias.

Nas características do setor primário do Rio Grande do Sul, a terra sobressai como o elemento fundamental da produção e adquire importância no contexto da economia capitalista para acelerar o processo de acumulação do capital.

Com a modernização, a penetração capitalista tornou-se realidade, sendo mais significativa nos últimos vinte anos. Isso aconteceu, de certa maneira, sob a influência do Estado, que procurou modernizar o campo para aumentar a produtividade agrícola.

Durante a vigência do "modelo primário-exportador" no Brasil, houve a consolidação da estrutura fundiária rio-grandense. Essa estrutura não sofreu transformação no século XX, ela ainda hoje se baseia em três subsistemas diferenciados:

- Subsistema pequena propriedade (colonização): estruturou-se como formação social, baseando-se na utilização da mão-de-obra familiar, na policultura e na pequena propriedade.

- Subsistema grande propriedade pecuária: manteve-se praticamente inalterada. Não houve modificação substancial nas relações sociais e nos meios de produção. Geralmente, são usados grandes latifúndios para a pecuária extensiva.

- Subsistema de empresas capitalistas (arroz e soja): possui características opostas às da pequena e grande propriedade, baseando-se na utilização do capital, na monocultura moderna praticada em médios e grandes estabelecimentos nem sempre livres do pagamento do aluguel da terra.

A economia do Estado conhece o apogeu de sua produção agropecuária nesse terceiro subsistema, que se apóia numa indústria em franco crescimento e diversificação de suas atividades.

Por sua vez, o aumento de emprego e a progressiva demanda urbana por produtos agrícolas estimularam os produtores a expandirem suas ofertas. Isso ocorreu através da implantação de lavouras empresariais, que usam equipamentos e insumos modernos.

O ritmo mais acelerado da mecanização na agricultura foi permitido pelas lavouras de trigo e soja, que ocasionaram uma verdadeira revolução agrícola e espacial no Estado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, M.C.de. Agricultura e Capitalismo. São Paulo, Ciências Humanas, 1979.
- _____. Latifúndio e Reforma Agrária no Brasil. São Paulo, Duas Cidades, 1980.
- BARBOSA, F.D. História do Rio Grande do Sul. Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, Caxias do Sul, 1976.
- FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. 25 ANOS DE ECONOMIA GAÚCHA. Porto Alegre, FEE, 1978, v. 2.
- FLORES, M. Colonialismo e Missões Jesuítas. Porto Alegre, Instituto de Cultura Hispânica do Rio Grande do Sul, 1983.
- FORTES, A. B. Os Casais de Açorianos. Porto Alegre, Martins Livreiro, 1978.
- MIORIN, V.M.F. Características da Modernização da Agricultura no Centro-Nordeste do Rio Grande do Sul. Rio Claro, I.G.C.E., UNESP, 1982 (Dissertação de Mestrado).

- PESAVENTO, S.J. História do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1984, (Série Revisão, 1).
- ROCHE, J. A Colonização Alemã no Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Globo, 1969, v.1-2.
- SILVA, J. G. Estrutura Agrária e Produção de Subsistência na Agricultura Brasileira. São Paulo, Hucitec, 1980.
- TAMBARA, E. Rio Grande do Sul: Modernização e Crise na Agricultura. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1983 (Série Documente, 16).
- THOMAS, C. "Conquista e Povoamento do Rio Grande do Sul: Boletim Geográfico do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, (19):3-19, Jan./Dez. 1976.
- VIEIRA, E.F. Rio Grande do Sul: Geografia da População. Porto Alegre, Sagra, 1985.
- WAIBEL, L. Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil. 2 ed., Rio de Janeiro, IBGE, 1979.